

O Brasil, de novo um bom aluno.

O Brasil volta de Berlim como parceiro econômico bem-educado. Como o universitário em fase de pós-graduação que fugiu da escola em 86 mas retorna aos deveres, paga juros, renegocia as dívidas, evita o confronto na assembleia anual do Fundo Monetário e do Banco Mundial. Não há decepção. Depois dos estragos da moratória, o caminho é longo. Tanto que Maílson da Nóbrega não espera voltar ao mercado, vendendo bônus brasileiros, antes do fim de 89. E até lá, a sucessão presidencial já estará definida. Mais do que isso, o ministro sabe que sem uma redução continuada do déficit público, que precisará cair de 4% de PIB este ano para 2% no ano que vem, não será possível ganhar a credibilidade necessária para o que chama de "medidas não convencionais" de ataque à inflação.

Está afastada, por ora, a hipótese de criação de uma nova agência internacional, para comprar, com desconto, as dívidas de países de renda média, como o Brasil, o México ou a Argentina, pagando os bancos com bônus (títulos) por ela garantidos.

O saldo da 43ª Assembleia do FMI-BIRD, que acabou ontem em Berlim, pode ser assim resumido: 1) os países industrializados sentem-se mais ricos e prevêem que prossiga o crescimento econômico, acima do que esperavam; 2) o Japão ampliará a oferta de recursos para a reciclagem das dívidas dos países em desenvolvimento, mas como não conseguiu apoio para aumentar sua participação no FMI, adiou a divulgação completa do seu plano e antes busca conquistar aliados entre os países altamente endividados, que ficaram com água na boca; 3) a Argentina saiu com dinheiro desta reunião, US\$ 1,25 bilhão do Banco Mundial, dos quais US\$ 700 milhões entrarão a curto prazo;

4) o Peru, caloteiro no FMI e no Bird, foi convidado a pagar suas contas e reintegrar-se ao mundo financeiro internacional; 5) afinal, ficou claro que os governos dos países ricos não querem nem pensar em ajudar os bancos, parte dos quais tão interessados quanto o Brasil em trocar empréstimos de cobrança, difícil por títulos garantidos.

O protecionismo foi condenado tanto pelo presidente do Banco Mundial, Barber Conable, quanto pelo diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, nas entrevistas à imprensa dadas ao final do encontro. Conable destacou a importância de desenvolver o comércio, algo que os ministros da Fazenda já sabem, mas que as indústrias locais não querem, optando pelo protecionismo. Camdessus também quer maior cooperação entre as políticas econômicas dos países desenvolvidos e ajuste fiscal e monetário. Isto vale para todos, inclusive para os Estados Unidos.

Uma ironia fina foi dirigida por Conable ao Japão. Sobre os recursos oferecidos ao Fundo e ao Banco Mundial (US\$ 3,5 bilhões para o Bird, assinalou), o presidente comentou: "Nós agradecemos muito". Da forma como a frase foi dita, é claro que os japoneses não terão nada a reclamar. E até que venha a revisão das cotas do FMI, em 89, o aumento de participação de Tóquio fica adiada. É parte do que se sabe: o fato econômico não pode desligar-se do político. E as eleições norte-americanas limitaram avanços maiores neste encontro de Berlim. O dinheiro dos contribuintes norte-americanos não pode ser tratado com prodigalidade às vésperas de uma eleição em que as prévias apontam como favorito o candidato de Reagan, George Bush.

**Fábio Pahim Jr.,
de Berlim Ocidental.**